

A ECONOMIA POLITICA E SEU METHODO

I

§ I. Sciencia nova com os seus principios em plena evolução, alargando todos os dias a vastidão dos seus dominios, a Economia Politica tem despertado no espirito dos cultores de seus estudos conceito vario. Vem d'ahi a divergencia no definil-a, a controversia perenne em traçar o termo de seus phenomenos.

Desde a discussão a respeito da expressão technica que a denomina até a indagação do seu verdadeiro conceito scientifico, vamos encontrar sempre as mais profundas divergencias entre os seus escriptores, quer sejam elles representantes de escolas, quer constituam rebeldes innovadores dos principios scientificos.

Do alvorecer dos primeiros phenomenos economicos, começou a grande lucta dos philosophos empenhados na sua concatenação scientifica; buscando-os sómente no terreno moral e constituindo como *Quesnay* o seu «*Direito Natural*» com o fim altamente philosophico de harmonisar as relações sociaes, deixando

por completo voar o seu espirito, para depois leval-o até acceitar a expressão *Economia Politica* sob cujos termos deviam reunir-se os phenomenos da sciencia em formação.

(Mas esse termo «Politica» que consideram synonymo da expressão «Social,» preferem-n'o áquelle para evitar a confusão com o systema social de organização sendo então adoptado). (1)

Considerava Quesnay que o direito estava mal comprehendido, principalmente porque nenhum estadista, padre ou philosopho o expozera com a sua luz verdadeira, e assim concebeu o seu livro o «Direito Natural,» dominado por aquelle pensamento; descendo entretanto, desse estudo philosophico e abstracto, deu ao mundo as suas trinta maximas do «*Governo Economico de um Reino Agricola*» sobre cuja sabedoria descansam os principios fundamentaes da «Economia Politica». (2)

Foi por isso que dissemos que Quesnay buscou primeiro no terreno moral a indagação desse *direito humano* que não estava esclarecido, para mais tarde vir recolher debaixo dos dous termos que na technica scientifica os tempos têm consagrado: «Economia Politica» — os principios da sciencia nova.

Physiocracia, chamaram-n'a os que queriam consideral-a com a determinadora dos principios do governo da natureza das cousas, desviando-se entretanto os que assim pensavam do pensamento coetaneo para constituir uma escola erronea.

Quizeram outros economistas reduzir a economia politica a uma sciencia material ou puramente descri-

(1) *Monchrestieu* (1615) e Dupout de Nemours na França (1768); James Stenart (1767) na Inglaterra, Verri na Italia (1763) foram os primeiros a adoptal-o (P. Couwes V. I nota á pag. 2.)

(2) MACLEOD, *Economia Politica*, pag. 6.

ptiva e mathematica na phrase de *Couwès* e essa pretenção deu logar ao apparecimento da *Crèmatistica* nome que significando—riqueza ou a sciencia das riquezas, demonstra o character que deviam ter os phenomenos que lhe fossem subordinados.

E todo o systema da *Crèmatistica* resume-se, em produzir muito com pequena despeza e consumir pouco, não comprehendendo que multiplicar os productos não é o ultimo fim da sociedade, acceitando assim a expressão espirituosa de *Droz* que os homens foram feitos para o producto e não o producto para o homem (1).

Considerando a economia politica como a sciencia das trocas, obedeceram os que assim pensam ao mesmo criterio—sciencia de cousas — *Catallitica*, reduzindo-a a uma simples sciencia mathematica, provocando até mesmo de *Rossi* (2) que pertence a escola *Crèmatistica* o conceito de que: «a economia politica é uma sciencia de humanidade e não de algebra, uma sciencia em fim, que deve servir ao bem estar das sociedades civilisadas», contradição aproveitada ao eminente publicista por *Paul Couwès*, em seu magnifico curso de Economia Politica.

Plutologia foi a outra denominação para o conjuncto coordenado e systematizado dos phenomenos economicos, neologismo grego que entretanto voltou a ser donde viera, palavra extranha na linguagem scientifica.

Vê-se que nem mesmo no nome technico da sciencia, estão accordes os economistas que d'elle procuram deduzir o conteúdo da sciencia, ficando entretanto guardado pelo passar dos tempos e pela sancção do costume o termo—«*Economia Politica*» embora no enten-

(1) PAUL COUWES—*Cours d'Economie Politique*.

(2) PRÈCIS V., «*Ec. Politique*».

der de Beaulieu seja incompleto, mas inconveniente de mudar-se por novos vocabulos, por se parecer querer afastar a multidão da sciencia (*odi profanum vulgus et arceo*).

Divergindo na denominação, divergem na aprecação do conceito, na determinação do criterio que deve presidir a definição. Querem uns encerrar nos limites da accepção riqueza todo o conceito da economia politica e são elles os discipulos e sectarios de Smith, de Ricardo e St. Mill, chamados os da escola ingleza; outros querem elevar mais o conceito economico, approximal-o mais do terreno moral, mostrar-lhe com mais evidencia o character de sciencia social, como modernamente Couwès e outros, que a consideram como uma sciencia moral.

Sobre as maximas de Quesnay dissemos, assentam os principios da Economia Política. Elle foi quem primeiro, mostrou no seu seculo, aos espiritos philosophicos, a luz que mais tarde devia esclarecer phenomenos subordinados á mesma ordem de principios e conhecimentos que deviam constituir a sciencia.

Em França surgiram logo os discipulos do grande philosopho que o succederam na explanação dos principios da nova sciencia; entre os quaes foi Turgot com as suas «*Reflexões sobre a Formação e Distribuição das Riquezas*» que melhor explicou oito annos depois do apparecimento do livro do mestre (1) as suas leis.

Na Inglaterra um discipulo do coordenador das leis que presidem a producção e distribuição das riquezas, Adam Smith, popularisou as suas theorias, revolucionou as organizações da producção, introduziu no pensamento dos estadistas e portanto do Governo

(1) Quesnay, 1758—Turgot, 1766.

as theorias de Quesnay, publicando em 1776 as suas doutrinas sobre os phenomenos economicos, no seu livro «*Investigação sobre a Natureza das Causas e das Riquezas das Nações,*» onde faz da Economia Politica o seguinte conceito:

«A Economia Politica considerada como um ramo da sciencia do estadista ou legislador, propõe-se a dous objectos distinctos: primeiramente prover uma renda abundante ou subsistencia para o povo; ou mais propriamente: habilital-o a prover uma renda, ou subsistencia para si mesmo; e em segundo lugar supprir ao Estado ou sociedade uma renda sufficiente para os serviços publicos. Propõe-se a enriquecer tanto o povo como o soberano» (1).

Donde se vê que o economista inglez dava á Economia Politica um conceito vastissimo, o qual hodiernamente abrangeria todo o terreno da Sciencia das Finanças que se preoccupa com «a riqueza das nações» e com os *impostos*, materia que Smith tratou e incluiu no conceito economico.

Nem mesmo na época em que viveu e com as theorias dominantes no seculo que elle tanto illustrou, podia Adam Smith traçar o limite da Economia Politica, cujos phenomenos então, começavam á mostrar-se; nem podia separar os phenomenos financeiros dos economicos, que só mais tarde puderam ser estudados e consequentemente classificados.

Definindo a Economia Politica I. B. Say expurga-se da parte do erro de Smith e já não confunde a Politica com a Economia Politica e nos diz no seu livro «*Traité de Economie Politique*», publicado em 1803, o qual julga Macleod ser a mais *conspicua* depois da de Smith:

(1) Cit. de MACLEOD—*Economia Politica*.

« On a longtemps confondu, la Politique proprement dite, la science de l'organisation des sociétés, avec l'Economie Politique qui enseignent comment se forment, se distribuent et se consomment les richesses qui satisfont aux besoins des sociétés. Cependant les richesses sont essentiellement indépendentes de l'organisation politique. Sous tous les formes de gouvernement un état peut prospérer s'il est bien administré. On a vu des nations s'enrichir sous les monarques absolus : on en a vu se ruiner sous les conseils populaires. »

E definindo a Economia Politica, como a sciencia que trata da producção, distribuição e consumo da riqueza, mostra-nos que não n'a confunde com a Sciencia das Finanças.

Ricardo no seu livro *Principles of Political Economy and Tradation*, filiado tambem aos principios de Smith, limita o terreno da Economia Politica ao estudo do valor.

Stuart Mill partilhando n'esse particular quasi que as mesmas theorias de Ricardo, limita o terreno da Economia Politica ao que respeita a riqueza, tratando entretanto em sua obra «*Principles of Political Economy with some of their Application to Social Philosophy*» de materias que elle proprio confessa não pertencerem á pureza da sciencia economica.

Mas, no seu estudo «*Unsettled Questions of Political Economy*» define St. Mill a Economia Politica como a «Sciencia que trata da producção e distribuição das riquezas, quando esta producção e distribuição dependem das leis da natureza humana»; definição que Leroy Beaulieu julga a melhor entre tantas mais ou menos imperfeitas e complicadas, cumprindo entretanto na opinião deste economista accrescentar á definição enunciada—«e da natureza das cousas»—por-

quanto diz elle, a producção e a distribuição das riquezas são influenciadas não sómente pelas leis da natureza humana, mas por certas leis da natureza exterior.

Julgando mais rigorosa que a definição dada, nos diz Stuart Mill:

«A economia politica é a sciencia que traça as leis dos phenomenos sociaes que resultam das operações combinadas da humanidade relativamente á producção das riquezas, comtanto que estes phenomenos não tenham sido modificados pela procura de um outro objecto» (1).

Macleod, verdadeiro revolucionador da sciencia, temivel pela sua logica irresistivel servindo a um espirito eminentemente philosophico, traça o limite da economia politica no terreno da troca—phenomeno constante, universal e proprio do homem.

«Entre todos os habitantes da terra, nos diz o economista inglez é o homem o unico, cujos esforços individuaes não podem satisfazer ás suas necessidades. De facto estas crescem com o evoluir humano acompanhando as diversas épocas da civilisação e para obter a satisfação desses desejos, forçoso é observar as necessidades dos outros e reciprocamente se estes necessitam do que elle póde produzir devem observar do que elle póde precisar para o offerecimento da troca.»

D'ahi resulta para a philosophia economica de *Macleod* que, sendo a necessidade o estímulo da producção, produzidos os objectos temos dous principios oppostos e fundamentaes, em relação á appropriação dos membros da sociedade das cousas de que necessitam.

(1) L. BEAULIEU—*Economie Politique*, Vd. pag. 11.

O primeiro principio é aquelle que dá á sociedade o direito exclusivo de propriedade de tudo que o individuo produz, de fórma a reciprocamente receberem os trabalhadores, uma porção dos fructos da industria de cada um.

O segundo principio é aquelle que legitima a propriedade exclusiva do individuo sobre o fructo do seu trabalho, podendo trocal-o por aquillo que reclamar a sua necessidade.

O primeiro desses systemas que Macleod chama o Socialismo, diz elle, teve advogados, philosophos, sonhadores, entusiastas visionarios, especuladores e santos innocentes, terminando sempre na miseria e na desgraça os esforços dessa ordem!

No segundo systema funda as suas theorias economicas e dizendo-nos que aborrece o socialismo sob qualquer fórma que se apresente, proclama bem alto «o direito indestructivel que tem cada homem de reter e guardar os fructos de sua propria industria e de trocal-os com quem bem lhe aprouver, conforme ambos convencionarem.»

E accrescenta o economista inglez: «e é nestas trocas e nas differentes proporções em que varias cousas se permutam, que, em nossa opinião, propriamente consistem os limites da Sciencia da Economia Politica; e o objecto da Sciencia pura da Economia Politica as leis que regulam as relações de troca das quantidades. Ora, as relações de troca de uma quantidade respectivamente a qualquer outra, diz-se ser o seu valor em relação áquella. Assim pois, o verdadeiro objecto da Sciencia da Economia Politica é descobrir as leis que regulam os valores das quantidades» (1).

(1) MACLEOD—*Economia Politica* (Tradução).

D'est'arte o notavel economista limita á questão das trocas a sciencia pura da economia politica e tractando do seu conteúdo diz que nella se contém tudo que tem valor ou relações de troca, tudo que póde ser vendido e comprado, quer existindo actualmente ou de existencia futura.

E, assim considerando, o economista citado reduzio a economia politica a um simples systema mercantil com um character scientifico, e, o que é mais, sendo essa sua conclusão o resultado de consequencias tiradas de premissas philosophicas.

Ninguém póde exprobar ao economista inglez o considerar a propriedade privada como o fundamento dos seus principios economicos, direito indestructivel que, através dos seculos, recebe sereno as invectivas socialistas, ninguem lhe póde contestar o conceito philosophico de que a necessidade é o estimulo vivo do trabalho e da producção, ninguem lhe combate a asserção, (não disputando a sua primasia) de que a troca é um phenomeno natural, resultante da vida humana, mas, o que se lhe não pode conceder é que a economia politica cujos principios presidem na producção o consorcio de seus grandes agentes, na circulação do producto, a sua evolução constante e complicada, na distribuição dos seus resultados a grande partilha do fructo ao esforço de cada agente, no consumo o meio de fazer nascer da riqueza que existe uma riqueza maior, seja reduzida no seu objecto a procurar as leis que regulam os valores das cousas e o seu limite nas differentes proporções da troca.

E é admiravel que o economista que assim pensa, que traça tão estreitos limites á expansão dos phenomenos economicos, abrisse entre as sciencias um claro tão grande na culminancia de suas alturas para collocar-a dando-lhe a representar entre ellas a função que

o poeta romano déra aos seus patricios entre as nações:

*«Excudent allii spirantia mollius æra,
Credo equidem; vivos docent de marmore vultus,
Orabunt causas melius, cœlique meatus
Describent radio, et surgentia sidera dicent,
Tu regere imperio populus, Romane memento:
Hæ tibi erunt artes: pacis que, imponere morem
Parcere subjectis, et debellare superbos.»*

O notavel economista francez Rossi (1) não pensa como Storch que tudo que póde favorecer a civilização entra na historia da economia politica.

«L'économie politique est la science que montre comment la richesse nationale se forme et comment elle se distribue. Nous reconnaissons ses affinités avec les autres sciences politiques et morales, comme les savants reconnaissent les rapports qui existent entre les diverses sciences physiques et naturelles. Mais ces liaisons, quelques intimes qu'elles puissent être, ne nous empêchent pas de répéter qu'il faut prendre l'économie politique telle qu'il Smith l'avait conçue, telle qu'a notre sens Aristote lui même l'avait conçue dans l'antiquité—la science de la richesse nationale.»

Courcelle Seneuil (2) preoccupando-se em distinguir a sciencia da economia politica da arte economica, infeliz entretanto, mesmo nessa distincção nos diz:

L'Economie politique, considerée comme science, a pour objet *l'état de richesse* des sociétés humaines ou plutot de la société collective, de l'humanité: elle recherche les causes générales par lesquelles l'humanité ou un groupe humain se trouve plus au moins

(1) P. ROSSI—*Mélanges d'Economie Politique*—Vol. I, pag. 34.

(2) *Traité Theorique e Pratique d'Economie politique*, pag. 5.

riche, c'est à dire approprie plus au moins la matière à la satisfaction de ses besoins. Considerée comme art, a pour but d'augmenter la richesse de l'humanité ou d'une portion de l'humanité, peuples, groupes d'hommes ou famille, et elle recherche les procédés et moyens généraux par lesquels on peut le mieux atteindre ce but.»

Não comprehendemos entretanto onde vai o critério differencial estabelecido pelo economista francez.

Si é como elle o diz, a arte se apoderando das conquistas da sciencia para engrandecer o poder do homem, esta observação não se applica á economia politica, porque esta, com as suas leis immutaveis que o homem vai descobrindo atravez do evoluir dos phenomenos economicos, applica-a ás relações humanas de determinadas especies, surge dessas proprias relações determinando o nascimento de phenomenos economicos.

A funcção, a que justamente o economista deu um caracter artistico — «augmentar a riqueza da humanidade» é puramente scientifica porque consiste e constitue uma das grandes indagações desta sciencia: a riqueza cresce e progride quando no dominio das leis economicas obedece aos seus principios, no seu modo de ser, em todas as suas phases: na producção, na circulação, na distribuição e no seu consumo.

E dizer que esta sciencia é que dá as causas geraes, pelas quaes a humanidade appropriia a materia á satisfacção das suas necessidades, equivale afastar por completo os phenomenos economicos da sua orbita de acção e ainda mais materializando os seus principios.

Não ha sciencia que se constitua para ensinar ao homem que elle pode appropriar-se da materia para satisfazer as suas necessidades, é intuitivo, é natural decorre da propria funcção vital do homem.

O que a economia politica abrange no seu conceito scientifico o mais lato, é a harmonia das relações humanas relativamente á riqueza, não é a sciencia, que com as suas leis absolutas e immutaveis, vem sancionar a posse do homem sobre a materia, que é isso em synthese logica o que nos diz Seneuil.

O economista Paul Couwès entende que assim como o direito é a sciencia do *justo*, a moral é a sciencia do *bem*, a economia politica é a sciencia do *util* e explica o que é o util nas sociedades humanas, nas relações de individuo a individuo e de povo a povo, o que constitue o objecto geral da economia politica. (1)

E' para este economista um dos ramos da sciencia social, «porque é permittido chamar assim a vasta synthese dos conhecimentos do qual o assumpto é o homem e a sociedade.»

E precisando mais a sua noção nos diz Couwès que a acção do trabalho não é individual mas concertada, combinada com muitos com o fim de augmentar o effeito do util: «implica serviços mutuos, contrangidos ou livres, privados ou publicos sem os quaes não haveria civilisação. E, esta cooperação social, são as combinações multiplas, são os resultados que ella dá ou pode dar progressivamente que formam o thema dos ensinamentos economicos.»

D'ahi explicados os termos da sua definição, synthetisa-os dizendo-nos:

«L'economie politique est la science qui a pour objet les lois d'utilité applicables au travail de la société, pour but le bien-être individuel ainsi que la prospérité collective au moyen d'une équitable répartition des services et des richesses.»

(1) PAUL COUWES—*Prof. d'Economie Politique a la Faculté de Droit de Paris—Cours. d'Economie Politique*, V. I, pag. I.

Dizer que a economia politica é a sciencia do util é tão vago, tão indeciso na qualificação dos principios economicos, que parece-nos com isso nada separou ou qualificou; uteis são todas as sciencias, e esta adjectivação transparente e incolor, principalmente nas sciencias sociaes domina-as todas: util é o direito com o principio do justo, util é a moral com o fundamento do bem, promettendo, como confessa Couwès, a paz de consciencia pela pratica desse bem, util é a politica harmonisando as leis do governo dos povos ou como a sciencia do Estado.

E nem se diga que a economia politica tem por objecto as leis de utilidade applicaveis ao trabalho da sociedade, pois, a utilidade applicada ao trabalho, nada quer dizer ou significa pois, este, tal qual é considerado como phenomeno economico envolve e contém em si a utilidade, e quando não fosse assim, seria essa applicação uma arte completamente extranha á economia politica. Quanto a ultima parte da definição que Couwès chama o fim da economia politica, o bem estar individual assim como a prosperidade collectiva por meio de uma equal distribuição de serviços e riquezas, constituem: o primeiro termo uma parte da economia politica—divisão do trabalho e o segundo o systema da distribuição da riqueza social que tem no seculo a sua denominação propria «Socialismo.»

Nem uma nem outra cousa pode constituir o fim supremo da economia politica, a primeira porque é um capitulo do seu estudo, a segunda porque é uma questão social que pelas suas relações com a riqueza agita-se no terreno economico.

Leroy Beaulieu (1) substituindo as expressões «*Economia Politica*» pela expressão «*Economique*» por

(1) *Economie Politique*, Vol. I.

achal-a mais de accordo com os principios que são o seu conteúdo, dá-nos a seguinte definição que, segundo affirma, foi objecto de suas longas meditações:

«L'economique est la science qui constate les lois générales determinant l'activité et l'efficacité des efforts humains pour la production et la jouissance des différents biens que la nature n'accorde par gratuitement et spontanément à l'homme.»

E procurando explicar a sua definição, nos diz, que de facto *«l'economique»* não regula sómente o trabalho dos homens na sociedade; muitas das suas leis se applicam ao homem isolado, *«à un menage isolé.»*

Por qualquer lado que se considere essa definição e a sua competente explicação, que nos perdõe o notavel economista, ha erro e erro grave:

Si pretende que a economia politica vá estudar as leis que se applicam ao homem isolado, leis que elle chama da efficacidade dos esforços humanos ou leis geraes do trabalho, jámais será encontrado esse homem isolado para applicação d'essas leis, no passado através da historia, no presente pela observação e no futuro pela previsão; pois a sciencia só conhece o homem sociavel e constituindo parcella da sociedade.

Si elle chama homem isolado ao trabalho do homem alheio á sociedade ou ao trabalho social, então dous erros commette:

I. é que esse trabalho individual, incorpora-se ao trabalho social e nesse estado vai conhecê-lo a economia politica;

II. é que esse trabalho de *«menage isolé,»* como chama Beaulieu, não é um phenomeno da economia politica e tão e simplesmente, pela sua propria natureza, pertencente á economia domestica, bem differente aliás, da sciencia que se pretendeu definir.

E como os economistas citados, que constituem os sacerdotes da economia politica no passado e no presente, muitos, todos elles procuram com mais ou menos asserto os limites dos phenomenos, alguns como vimos, prendendo á materialidade da riqueza todo o tecido organico da economia politica, outros, que a consideram uma ramificação da sciencia social e precedendo o seu estudo de uma indagação sobre a existencia desta, estabelecendo como certos os principios que o genio de Spencer poz em voga, tratam-n'a como uma sciencia moral e politica. (1)

Não nos balança o espirito nem a materialidade de uma, nem a philosophia de outra.

Toda a sciencia tem um objecto e um fim, objecto que é a materia sobre a qual se manifestam os seus phenomenos, fim que é a realisação das suas leis, immutaveis;—a economia politica tem tambem o seu objecto e o seu fim, este determina e traça o limite da sciencia, aquelle é o conteúdo de seus phenomenos e principios. Estudando-os temos o seu conceito scientifico.

Estudando-se o homem lutando na sociedade incipiente em que vive para obter os meios que requerem as suas necessidades sempre crescentes, a producção no seu estado o mais incipiente, não podemos observar bem a expansão dos phenomenos da economia politica, mas, observemos uma época mais elevada, vejamos o homem, os grupos sociaes, a sociedade, a humanidade hodierna, em fim, e havemos de ver que toda essa luta onde a efficacia dos esforços

(1) Avec la morale et le droit elle fait partie du groupe des sciences sociales, plus communément appelées sciences morales et politiques: *morales*, à cause de la nature de l'homme, être intelligent et libre; *politiques*, au sens étymologique du mot: c'est en effet la cité, l'antique foyer de la vie collective.—(Paul Couwès—*Cours. d'Economie Politique*, Vol. I, pag. 1).

do homem é empregada, para a qual o engenho humano descobre cada dia novas armas, tem um objecto, ha forçosamente alguma cousa que desperta a conquista do individuo—é a riqueza.

Sem esse elemento, a vida é impossivel, elle é pois o objecto da luta individual, social e humana, e como tal é o objecto da economia politica.

Mas esse elemento *riquezas* tem phases de formação e evolução: fructo da producção humana requer o consorcio dos tres grandes agentes productivos: terra, trabalho e capital; essa riqueza circula, movimenta-se, distribue-se pelos seus elementos, consome-se, renasce da riqueza que se incorpora ao producto.

Ora, toda essa evolução, essa mutação de phases da riqueza, na producção, na circulação, na distribuição, no consumo, não pode deixar de constituir uma certa classe de phenomenos subordinados ao mesmo principio de ordem, não podem prescindir esses phenomenos de um conjuncto de leis, de uma natureza identica que os regule e que os determine; essas leis são: as leis *economicas*.

Mas essas leis regulando os phenomenos descriptos, harmonisa-os, isto é, combina, determina e estabelece a norma da producção, circulação, distribuição e consumo da riqueza: e essa harmonia, é logico, é o fim da economia politica.

D'est'arte digamos que a Economia Politica é a sciencia que tem por objecto a riqueza e por fim a harmonia e desenvolvimento de seus phenomenos na producção, circulação, distribuição e consumo.»

E assim, fazem parte do dominio da economia politica o estudo dos grandes problemas da producção, da circulação, da distribuição e consumo da riqueza.

Nem se diga que desta fôrma, como outros ecônômistas, materialisamos o seu estudo, porque dizendo, como dissemos que ella estuda o desenvolvimento e harmonisa os phenomenos da riqueza em todas as suas phases, collocamos implicita e tacitamente dentro de seus dominios a discussão e consequente resolução de grandes e importantes problemas sociaes, fazendo dependentes das suas leis phenomenos da vida da humanidade com relação á riqueza.

A evolução deste elemento desdobra e mostra o grande campo de acção da economia politica, e é a lei economica que vai buscar a riqueza na sua producção, onde tem de determinar o modo de ser de grande numero de factos e acompanha-a até ao consumo, trazendo-a sempre sob o dominio de seu imperio scientifico.

§ II. Tratemos do methodo empregado no estudo desta sciencia.

E' incontroverso e portanto não nos é dado discutir que toda a sciencia nas suas investigações, precisa de um methodo e esse methodo é o complexo dos meios empregados ou o processo que o homem emprega para descobrir as verdades scientificas.

A controversia apparece quando procuram os philosophos esses meios para o conhecimento da verdade; d'ahi a complexidade apparente desse estudo dando logar ao apparecimento de processos diversos e varios pelo seu modo de estudar os phenomenos scientificos.

Entretanto, desde que se considere a natureza da sciencia facilmente se determina o meio a empregar para o descobrimento das suas leis, e portanto o seu methodo.

Naturalmente para as sciencias exactas cujo typo é a mathematica, o methodo não póde ser o mesmo que o empregado nas sciencias sociaes cujos phenomenos dependem de muitas e variadas condições, assim como a physica e a chimica cujo estudo experimental se faz em um gabinete não podem ter o mesmo methodo que outras sciencias cujo estudo se faz pela observação dos phenomenos da vida social.

Para o estudo da economia todos os methodos conhecidos têm sido empregados.

Vejamol-os:

Jevons (1) considera as sciencias puramente logicas e as que o sendo são-n'o mathematicas; aquellas determinam sómente si a cousa é ou não é, «si um dado acontecimento realisa-se ou não»; mas quando se trata de saber si essa *cousa* é maior ou menor, si o *acontecimento* virá mais tarde ou mais cedo, então envolve a noção de *quantidade* e esta sciencia é por natureza mathematica.

D'ahi, claro é, para nós que conhecemos a natureza e o conceito da economia politica, que ella é uma sciencia mathematica e portanto o seu methodo é o mathematico.

Mas, os phenomenos que a economia politica estuda nada têm de fixo, a necessidade humana varia e augmenta cada dia, a riqueza portanto é envolvida nessa mutação constante. Poder-se-á reduzir esses phenomenos á representação da cifra e sujeital-os ás suas rigorosas deducções?

Não, é claro, e muito bem diz Laveleye (2): «Os phenomenos moraes em genero e os economicos em

(1) Introducção á Theoria da Economia Politica.

(2) LAVELEYE—*Revue des Deux Mondes*—15 de Julho, 1875—(cit. de Ceciconi, VI, pag. 22).

especie são o producto de causas numerosas e diversas, que em diversos casos operam em proporções variaveis e differentes, e são sujeitos a um numero infinito de influencias e pela variedade não se podem representar pela cifra e portanto não se prestam ás deducções rigorosas que convêm á mathematica. Os factos que se estudam, as necessidades do homem, a riqueza nada têm de fixo; e as variações dependem da opinião, da moda, do costume, do clima, de uma infinidade de circumstancias impossiveis de se fazer entrar em uma equação algebrica.»

Este methodo que serve á escola dicta mathematica, franceza de nascimento, pois é seu chefe Cournot (1) teve entretanto grande repercursão no mundo e principalmente na Inglaterra, onde *Jevons* a propagou, adoptando-o e preconizando as suas vantagens.

Diz Beaulieu, com muita razão, como já o demonstrámos (2), que seductora á primeira vista é inefficaz essa theoria, devido a variedade dos moveis economicos e a generalidade dos objectos que podem satisfazer as necessidades humanas, os quaes têm o que se chama successores ou substitutos diversos que podem satisfazer ás mesmas necessidades; e o seu emprego que tanto facilita a habilidade e perfeição da industria e commercio contemporaneos é em expressão mais geral a lei da substituição—obstaculo absoluto ao emprego efficaz das mathematicas na economia politica.

(1) COURNOT—*Recherches sur les Principes mathematiques de la Theorie des Richesses* (1838).

(2) Au premier abord, il peut y avoir quelque chose de séduisant dans la tentative de réduire en formules algébriques et en purs théorèmes les vérités économiques. Nous croyons ce procédé inefficace et décevant; les relations économiques ne sont pas et ne peuvent pas être des rapports mathématiques. Il s'agit, ne l'oublions pas, des lois qui influencent l'esprit humain dans la production ou dans la distribution des richesses et qui déterminent l'efficacité des efforts de l'homme: or l'esprit des differents hommes est, sans doute, influencé par les mobiles économiques; mais il est à des degrés très inégaux. (L. Beaulieu—V I pag. 85).

E' pois impraticavel o methodo mathematico na economia, attendendo-se á natureza dos phenomenos, do objecto, dos principios, das leis desta sciencia.

Qual é pois, o methodo applicavel a sciencia economica?

Serão os methodos chamados historico, de observação, de experimentação, inductivo, deductivo, ou será antes uma combinação intelligente desses processos que formam o methodo da Economia Politica?

O methodo historico, que tanta preponderancia teve na Allemanha, depois da celebre discussão e controversia de Thibaut e Savigny, certamente que traz grandes luzes aos estudos economicos, mostrando-nos o evoluir dos phenomenos economicos no passado, contando-nos a historia das instituições economicas, ensinando-nos pelo exemplo a conhecer o effeito produzido pelas sabias medidas economicas e o desastre dos erros commettidos.

Muitas vezes esse methodo serve ao da observação quando é feita através da historia, as suas vantagens revelam bem o motivo de critica que lhe achou Beaulieu, qual o de enlevar os espiritos e arrastal-os ao erro pela falsidade da historia.

Mas bastará esse processo de se conhecer o historico dos phenomenos economicos para se formular as suas leis? Não seria isso simplesmente recolher factos, o que aliás é de summa importancia, para se os sujeitar a um outro processo afim de se induzir leis?

Naturalmente que é; como subsidiario ao estudo da economia politica é muito bom, como seu methodo exclusivo é absurdo.

Nem nos póde afastar desse pensamento a idéa de Roscher (1) de reduzir o methodo historico «a

(1) ROSCHER—*Principios de Economia Politica*.

uma simples descripção da natureza economica e das necessidades do povo, das leis e das instituições destinadas a procurar a satisfação dessas necessidades e enfim do successo mais ou menos favoravel da sua applicação.» E' o que esse economista chama a *anatomia* e a *physiologia* da economia social; e, assim pensamos, porque perdeu esse methodo e seu caracteristico-historico, tornando-se uma observação ou uma inducção sem as regras proprias, muito bem dizendo Cecconi (1):

«Inteso in questo modo il metodo storico, si potrebe dimandare, in che differiva dal methodo inductivo.»

O methodo da observação ou se apresente sob a fôrma de observação directa, ou reunindo as tres fôrmas, que lhe dá Couwès (2) «observação directa, a critica histórica e a experimentação», sem o auxilio de outras operações não consegue formular ou instituir uma lei economica.

Quanto a experimentação usal-o é tão difficil como a impossibilidade de experimentar o effeito de principios economicos para depois usal-os.

A economia politica experimentando no organismo social a acção de seus principios seria a medicina experimentando a acção de um toxico no organismo humano para depois determinál-o ou classificál-o pelo effeito produzido, sendo de notar que aquella experimentação seria mais grave e difficil.

O methodo inductivo, desde que se saiba que é o processo que parte do particular para o geral, isto é o methodo pelo qual estudamos um facto, um phenomeno, observamos a sua realisação constante e o instituimos como lei geral (por exemplo—observamos

(1) CECCONI—*Economia Politica* (Vol. I pag. 23).

(2) P. COUWES—*Cours d'Économie Politique*, Vol. I, pag. 56.

que no organismo vivo do homem o sangue circula, induzimos que a circulação é uma condição forçada e essencial da vida ou como diz St. Mill «é o processo em virtude do qual concluimos que quanto é verdadeiro para certos individuos de uma classe é verdadeiro para a classe inteira, e que quanto é verdadeiro em um tempo dado, será verdadeiro em identicas circumstancias em todos os tempos); desde que se conceba assim esse processo, vê-se facilmente que não é completo para ser applicado á economia politica. Elle observa o facto particular e institue um facto geral, mas, falta-nos o processo pelo qual, obtida a lei geral, possamos deduzir as regras á applicar aos factos singulares. Esse processo é o methodo deductivo.

Exclusivo é um empirismo grosseiro ou um methodo methaphysico e dogmatico, pois deduzirá regras de leis que não são o fructo da observação e da indução e sim principios axiomaticos ou producto do empirismo dogmatico; entretanto, que junctamente ao inductivo, dá-lhe justamente o que lhe falta e recebe o que não tem—um é complemento do outro.

Muito bem n'ol-o define Cecconi, dizendo-nos o que aliás já nos ensinára a philosophia que: «*il methodo deductivo muove dalla summità dei fatti generali per discendere all'applicazioni dei fatti singolari*» (1).

Os dois methods combinados: inductivo e deductivo, constituem pois, o methodo que serve á economia politica.

Dr. Dario Ribeiro.

(1) Cecconi—Op. cit. pag. 23.